



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho Superior de Estatística

Deliberação n.º 1530/2006

317.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística — Actualização da norma ISO Alpha 2 — Nomenclatura de países para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional

Considerando que a nomenclatura de países — norma ISO Alpha 2 foi aprovada para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) pela 198.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), tendo sido posteriormente publicada no *Diário da República* (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 5 de Dezembro de 2000);

Tendo em consideração as alterações recentemente introduzidas naquela nomenclatura pela International Standard Organization (ISO) e das quais o Instituto Nacional de Estatística (INE) deu conta, por terem implícita uma necessária actualização à respectiva classificação em vigor no âmbito do SEN;

Considerando, por último, que destas actualizações deverá, na sequência da sua aprovação para fins estatísticos, ser dado amplo conhecimento aos principais produtores e utilizadores de informação estatística;

Nos termos do artigo 10.º, n.º 10, alíneas b) e d), da Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, e de acordo com as competências previstas no n.º 2 do anexo A da 286.ª deliberação do CSE e ainda nos termos do artigo 18.º, n.º 4, do regulamento interno do CSE e da 239.ª deliberação do CSE, a Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera aprovar para divulgação, por publicação no *Diário da República*, as alterações a introduzir à nomenclatura de países — norma ISO Alpha 2 que se incluem em anexo.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão, *João Cadete de Matos*. — A Secretária, *Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento*.

ANEXO

Novos códigos

Designação em português	Designação em inglês	Código ISO Alpha 2
Jersey	Jersey	JE
Guernsey	Guernsey	GG
Ilha de Man	Isle of Man	IM

Estas actualizações entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007.

A versão integral actualizada da nomenclatura de países — norma ISO Alpha 2 ficará disponível no *site* do Instituto Nacional de Estatística em www.ine.pt a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Aviso n.º 11 727/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da directora-geral das Autarquias Locais, de 13 de Outubro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para a admissão a estágio com vista ao preenchimento de um lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Administração Autárquica, criado pelo Decreto-Lei n.º 272/91, de 7 de Agosto.

2 — O local de trabalho situa-se na Rua de José Estêvão, 137, 6.º, 1150 Lisboa, sendo a remuneração de base a correspondente ao índice e escalão expressos na escala salarial constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Compete ao técnico superior de 2.ª classe assegurar funções consultivas de natureza científico-técnica, exigindo um elevado grau de qualificação, de responsabilidade, iniciativa e autonomia, assim como domínio total da área de especialização e no quadro das actividades desenvolvidas pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, tendo em vista a preparação da tomada de decisão, designadamente no âmbito das matérias relativas a atribuições e competências das autarquias locais, finanças locais, tratamento de dados e análise financeira das autarquias locais, emissão de pareceres técnicos com vista à atribuição de verbas para os municípios.

4 — As normas que regem o concurso são:

- a) O Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) O Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — Podem ser admitidos ao concurso os candidatos que reúnam os requisitos gerais mencionados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, detentores de licenciatura em Administração Pública e Autárquica.

6 — Método de selecção — prova de conhecimentos, cuja duração será definida posteriormente pelo júri, que incidirá sobre os seguintes temas:

- Sistema financeiro das autarquias locais;
- Gestão económico-financeira da administração local autárquica;
- Contabilidade das autarquias locais;
- Formas de apoio às autarquias locais, em matéria de gestão financeira e contabilística;

Análise de indicadores que permitam o controlo e a avaliação periódica dos resultados obtidos no domínio da gestão financeira e patrimonial das autarquias locais;

Apoio às autarquias locais no respeitante à utilização de linhas de crédito criadas para o efeito;

Direitos e deveres dos funcionários e agentes da administração pública e deontologia profissional.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral das Autarquias Locais, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em sobrescrito registado com aviso de recepção, e expedido até ao termo do prazo fixado, para a morada indicada no n.º 2, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa — nome, estado, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;
- b) Habilitações literárias;
- c) Declaração sob compromisso de honra nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sobre os requisitos gerais de provimento, a qual dispensa a apresentação dos documentos comprovativos da sua posse.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de declaração emitida pelo serviço ou organismo a que pertencem os candidatos, da qual constem, de modo inequívoco, a existência e a natureza do vínculo à função pública.

9 — Todos os documentos a apresentar pelos candidatos que revistam a natureza de declaração deverão ser confirmados pelo serviço a que pertencem.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, a lista de candidatos e a lista de classificação final, bem como quaisquer outras decisões que hajam de ser levadas ao conhecimento dos candidatos, serão afixadas no átrio do 6.º piso da morada indicada no n.º 2 do presente aviso.

12 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria Helena dos Santos Lopes Curto, subdirectora-geral.

Vogais efectivos:

Dr. Paulo Manuel Múrias Bessone Mauritti, subdirector-geral.
Dr. José Fernando Inácio, director de serviços.

Vogais suplentes:

Dr.ª Dulce de Jesus Gonçalves Dias, chefe de divisão.

Dr.ª Marília de Fátima Real Pimenta Martins da Silva, chefe de divisão.